

Intervenção do Ministro das Finanças

Fernando Medina

Sessão de abertura da apresentação do Guia do Emitente da CMVM

Lisboa, 13 setembro 2022

[Como preparado para a intervenção]

Ex.mos membros do Conselho de Administração da
CMVM,

Ex.mas Senhoras e Senhores,

É com muito gosto que me junto aos trabalhos de
hoje. Perante os tempos exigentes que
atravessamos, são ainda mais importantes as
iniciativas que visem robustecer a nossa economia,
de que é exemplo a criação desde Guia do Emitente
da CMVM.

Agradeço por isso o convite que me foi dirigido, e aproveito a oportunidade para felicitar a CMVM e as suas equipas pelo contributo que oferecem ao desenvolvimento do mercado de capitais nacional e à proteção dos nossos investidores.

*

Minhas senhoras e meus senhores,

Com uma guerra na Europa cujo fim ainda não se vislumbra, famílias, empresas e decisores políticos estão a braços com níveis invulgares de incerteza.

Sabemos que os preços estão a subir e que é preciso

responder aos seus impactos. Mas não sabemos dizer, com segurança, até quando teremos de enfrentar esta pressão.

Sabemos que os bancos centrais estão e vão continuar a aumentar os juros para controlar a inflação. Mas é impossível antever a totalidade das consequências das alterações na política monetária – nomeadamente os seus efeitos nos balanços empresariais e familiares.

Sabemos, por fim, e não menos importante, que o Inverno está à porta e que enfrentamos um choque de oferta de energia na Europa. Mas também aqui desconhecemos a sua duração. Sendo os impactos nas nossas empresas, nas nossas famílias e nos nossos parceiros comerciais difíceis de quantificar.

Perante este enquadramento, é essencial que nos preparemos para enfrentarmos a volatilidade inevitável que daqui decorre. E é fundamental que estejamos disponíveis para, nos vários planos de atuação, encontrarmos respostas às necessidades atuais e futuras da nossa economia. É também por isso que estamos aqui hoje.

*

Minhas senhoras e meus senhores,

Se os desafios são de monta, gostaria também de vos deixar uma palavra de confiança.

É certo que vemos as nuvens no horizonte e que estas são alheias à nossa vontade. Mas perante as dificuldades, garanto-vos que se redobra a determinação do Governo em adotar as medidas necessárias e suficientes para robustecer a nossa economia.

Fortalecer a nossa economia, promovendo melhores condições de financiamento. São as melhores condições de financiamento que permitirão às nossas empresas obterem capital e financiamento para reforçarem o investimento em investigação, e no desenvolvimento de novos produtos, competências e mercados.

Fortalecer a nossa economia, desenvolvendo um quadro regulatório de mercado claro, moderno, que

sirva famílias e empresas e reforce a competitividade da nossa economia.

*

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Como todos sabemos, nos últimos anos temos assistido nas economias desenvolvidas a uma tendência de redução do universo de empresas emitentes, tendência a que Portugal não é alheio. Há vários fatores que concorrem para este resultado.

Por um lado, as condições financeiras dos últimos anos têm oferecido financiamento alheio abundante

a custos baixos.

Por outro, os requisitos regulatórios de mercado exigem níveis de profissionalização de gestão e custos administrativos que afastam empresas de menor dimensão e menos ambiciosas.

Acresce, e em Portugal este é um fator relevante, que muitas empresas familiares resistem à abertura de capital ao público, por receio de perda de influência na gestão e de excesso de exposição da sua atuação.

Finalmente, a estrutura de financiamento das nossas empresas está, em grande medida e tradicionalmente, dependente de instrumentos de

curto e médio prazo, sobretudo sob a forma de empréstimos bancários, sendo que apenas um número reduzido de empresas não financeiras emite obrigações de longo prazo.

A transição para um modelo de financiamento com um maior contributo do mercado de capitais não é, por isso, fácil ou imediata. Há, contudo, bons argumentos para que, de forma ponderada e equilibrada, percorramos esse caminho.

Desde logo, porque o reforço dos capitais próprios e a diversificação do tipo e fontes de financiamento, reduzem a dependência das empresas e podem torná-las mais resistentes a choques externos.

Depois, porque, por vezes, é mais fácil financiar novos projetos e inovação através de instrumentos de mercado do que por financiamento bancário tradicional.

Ao mesmo tempo, vários autores defendem que a presença em mercado e o escrutínio dos acionistas convidam a uma maior profissionalização da gestão e potenciam o crescimento das empresas.

Em suma, a obtenção de capital ou financiamento no mercado de capitais, em complemento ao financiamento bancário, pode conferir maior estabilidade e capacidade a um setor empresarial para crescer e aceder a novos mercados. Ao mesmo tempo que estimula o crescimento e a resiliência das economias.

Compreende-se assim que tenham vindo a ser desenvolvidas várias iniciativas de desenvolvimento do mercado de capitais, tanto a nível europeu e nacional.

Permitam-me por isso que aproveite esta oportunidade para destacar três das nossas prioridades de atuação, que não esgotam todas as iniciativas que estão em curso, e que complementam as medidas europeias focadas na construção e aprofundamento da união do mercado de capitais.

Em primeiro lugar, pelo seu impacto transversal e insubstituível, gostaria de referir a promoção da estabilidade e da confiança nossa economia.

O Governo continuará a implementar políticas que aliam o reforço de rendimentos ao crescimento económico – sem descuidar uma rigorosa gestão orçamental que garanta a redução sustentada da nossa dívida pública.

Esta é estratégia que temos vindo a seguir, que nos tem defendido do choque energético, e que justificou, nas últimas semanas, duas subidas de notações de risco da República por duas agências de rating. Atrevo-me a dizer que poucos desenvolvimentos serão tão eficazes a conter os impactos das subidas de juros nos custos de financiamento das empresas e famílias.

Em segundo lugar, manteremos o foco na

simplificação do enquadramento jurídico e regulatório nacional, bem como no diagnóstico de oportunidades e ameaças ao nosso mercado.

Neste âmbito enquadra-se, por exemplo, o apoio a iniciativas como as desenvolvidas pela CMVM, com financiamento comunitário, que abrangem o Guia do Emitente que aqui nos junta. Mas também o exercício de diagnóstico e identificação de propostas para dinamização de mercado conduzido pela OCDE em 2020.

Inclui-se, igualmente, a revisão do Código dos Valores Mobiliários, aprovada no final de 2021. Uma revisão que prosseguiu objetivos de simplificação, harmonização e flexibilização do enquadramento jurídico. A este respeito destaco, sem ser exaustivo,

o alinhamento de regras nacionais com as europeias; e, relativamente ao regime de Ofertas Públicas de Aquisição, a adoção de um conjunto de soluções mais simples, menos onerosas e mais ajustadas à realidade dos emitentes.

Finalmente, beneficiando de contributos de uma base alargada de intervenientes no âmbito de um grupo de trabalho promovido pelo Governo, prevê-se que em breve possamos apresentar um conjunto de medidas que apoiarão o mercado e a poupança de longo prazo em Portugal.

No lado da procura de capital ou financiamento, considera-se por exemplo adequado intervir no âmbito dos custos relacionados com a admissão à negociação em mercado.

Já no plano da oferta de capital e da poupança de longo prazo, merece avaliação a dimensão dos incentivos à detenção de médio e longo prazo de instrumentos financeiros, designadamente no âmbito da regulamentação nacional do Produto Individual de Reforma Pan-Europeu (PEPP), seguindo a recomendação da Comissão Europeia, tal como acontece com outros produtos semelhantes, como os planos poupança-reforma (PPR).

Finalmente, permitam-me que destaque um pilar do próximo Orçamento do Estado, na dimensão associada ao reforço estrutural da nossa economia, que é a centralidade que daremos a instrumentos de reforço de capitalização das empresas, ao reforço dos seus capitais próprios.

Apresentaremos medidas concretas e efetivas num momento oportuno. Perante a subida das taxas de juro é fundamental transmitir uma mensagem clara a todo o setor económico e produtivo de que é essencial o reforço da base de capitais próprios. Não só para a estabilidade das empresas, para a capacidade de desenvolvimento dos seus projetos e iniciativas futuros, mas também para o reforço global da solidez do nosso sistema financeiro.

Minhas senhoras, meus senhores,

Como comecei por dizer, vivemos tempos incertos e exigentes que exigem atenção, ponderação e determinação de todos. Exigem também políticas públicas adequadas e equilibradas nos vários segmentos da nossa economia.

Com estas medidas, e com a conjugação de esforços de todos os agentes de mercado – decisores políticos, reguladores e empresários – tornaremos a nossa economia mais forte e mais capaz de enfrentar as incertezas.

Contamos com todos.

Obrigado.